

## Governo e Congresso se armam para enfrentar crise

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA – Governo e Congresso preparam uma blindagem para enfrentar a crise institucional. De Quebec, no Canadá, o presidente Fernando Henrique Cardoso condenou qualquer acordo político que vise a inibir as investigações sobre a possível quebra de decoro parlamentar pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF). Se for o caso, defende punições exemplares. Quer seu governo fora da confusão que ameaça o futuro político de expressivas lideranças do Senado.

O mesmo tom foi adotado pelos partidos governistas, empenhados em limitar a questão ao Conselho de Ética do Senado. PSDB, PMDB e PFL entendem que só depois de quinta-feira, quando Antonio Carlos e Arruda apresentarão suas defesas no Conselho de Ética, será possível programar estratégia de autopreservação. As defesas definirão se o clima de punição será arrefecido ou não.

A contundência e riqueza de

detalhes do depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges, a respeito da violação do sigilo do painel de votação do Senado, deixou o Palácio do Planalto e os partidos aliados a Fernando Henrique convencidos que não há como escapar das investigações. Ninguém arrisca onde tudo isso vai parar. O clima é muito semelhante ao que tomou conta do Congresso Nacional em 1993, no processo de depuração política desencadeado pela CPI do Orçamento. “Ninguém sabe o que vai acontecer, mas que vai acontecer alguma coisa, isso vai”, resumiu o ministro de Minas e Energia, José Jorge, numa reunião do comando do partido na quinta-feira.

E por não saber exatamente o que vai acontecer é que todos cercam-se de cautelas. Em geral, em absoluto silêncio. Dois auxiliares de Fernando Henrique sustentam que, por determinação do presidente, os ministros estão proibidos de participar de qualquer tentativa de entendimento sobre a crise no Senado. Afinado com o Planalto, o presidente da Câmara,

Aécio Neves (PSDB-MG), conta dirigentes dos partidos governistas e de oposição para convencê-los a adotar uma agenda de preservação. Também quer limitar a crise no Senado. Por isso, pretende fechar amanhã a pauta de votação que os 513 deputados cumprirão no mês de maio.

“O momento exige maturidade política e a Câmara não pode deixar-se contaminar e colaborar para a paralisia do país”, argumenta Aécio, segundo dois parlamentares. Para desviar atenções e garantir um ar de normalidade, o tucano pretende iniciar semana que vem a votação da emenda que restringe o uso de medidas provisórias. Em maio, almeja temas não menos polêmicos e que atraem o interesse da oposição: redução dos limites da imunidade parlamentar e fidelidade partidária.

Enquanto isso, no Senado, os comandos dos três partidos envolvidos no imbróglio – PSDB, PMDB e PFL – tentam imaginar como a crise poderá ser conduzida. Afinal, está em jogo o destino de personagens que, até as denún-

cias de Regina, lideravam o processo. Sem contar que o comando do Senado é ocupado pelo peemedebista Jader Barbalho (PMDB-PA), que há um ano amarga uma desgastante ofensiva de denúncias comandada por Antonio Carlos. “O que preocupa é saber quem conduzirá esse processo”, disse Aécio Neves a um senador e um ministro do PSDB.

Entre os tucanos, nenhuma voz de apoio surgiu para o ex-líder do governo no Senado, José Roberto Arruda. Só está decidido, diz um influente tucano, a suspensão da prometida intervenção no diretório regional do PSDB em Brasília. Essa intervenção era uma exigência do então prestigiado Arruda, que tinha pretensões de concorrer ao governo da capital em 2002: O comando tucano avalia que o depoimento de Regina foi muito convincente e, caso Arruda não apresente uma boa defesa, o partido não está disposto a brigar tanto por ele. “Ninguém pode esquecer que a imagem do PSDB está muito associada à do governo federal”, pondera uma liderança.

Marcia Gauthier – 17/4/2001



Marcia Gauthier – 18/4/2001



Senadores José Roberto Arruda (E) e Antonio Carlos Magalhães apresentam defesa ao Conselho de Ética do Senado esta semana